



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. Antenor Cardoso Soares Junior

614

3ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NA APELAÇÃO Nº 45623-61.2008.8.17.0001 (310950-4)

EMBARGANTE: RAIMUNDO MACHADO MELO E OUTROS

ADVOGADO: FRANCISCO DE ASSIS PEREIRA VITORIO (PE011981)

EMBARGADO: INSTITUTO DE RECURSOS HUMANOS DE PERNAMBUCO – IRH/PE

PROCURADOR: EMMANUEL BECKER TORRES

RELATOR: DES. ANTENOR CARDOSO SOARES JUNIOR

RELATOR SUBSTITUTO: JOSÉ VIANA ULISSES FILHO

EMENTA: PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO OPOSTOS CONTRA ACÓRDÃO PROFERIDO EM APELAÇÃO CÍVEL. ACÓRDÃO SE PRONUNCIOU SOBRE OS PONTOS RELEVANTES PARA O DESLINDE DA QUESTÃO. INEXISTÊNCIA DE CONTRADIÇÃO, OBSCURIDADE OU OMISSÃO. DECLARATÓRIOS REJEITADOS.

1. Analisando o voto proferido na apelação, verifico que esta relatoria enfrentou toda a matéria posta em debate, se pronunciando sobre os pontos relevantes para o deslinde da questão foram, tendo inclusive se pronunciado expressamente sobre as leis citadas pelo embargante nas razões do seu recurso. Desse modo, atesto não ter havido qualquer omissão no acórdão embargado.

2. Nos termos do art. 535 do CPC, os embargos de declaração apenas são cabíveis quando constar no julgamento obscuridade ou contradição ou quando o julgador for omissor na análise de algum ponto. Admite-se, por construção jurisprudencial, também a interposição de aclaratórios para a correção de erro material.

3. Afora isso, os embargos declaratórios não constituem o meio idôneo a elucidar seqüência de indagações acerca de pontos de fato; e nem se prestam para ver reexaminada a matéria de mérito, ou tampouco para a aplicação de dispositivo legal ou ainda para obrigar o magistrado a renovar a fundamentação do decisório (RJTJ-RS 148/166).

4. Com efeito, mesmo nos casos de prequestionamento, os aclaratórios devem ser embasados em hipótese de omissão, contradição ou obscuridade – o que não se verifica na hipótese em tela, pois os pontos relevantes para o deslinde da questão foram objeto de exame e de decisão através do acórdão ora combatido, não se mostrando necessário, como se sabe, que o órgão julgador verse acerca de todas as alegações apresentadas pelas partes, afinal o juiz não está obrigado a responder todas as alegações dos litigantes, quando já tenha encontrado motivo suficiente para fundar a decisão, nem se obriga a ater-se aos fundamentos indicados por eles e tampouco responder um a um todos os seus argumentos (RJTJESP 115/207).

5. Em outros termos, o simples interesse em prequestionar não conduz a que se dispense a demonstração de existência de qualquer das causas que ensejam os embargos de declaração. In casu, ao contrário do que fora defendido pelo recorrente, inexistente no acórdão atacado omissão, contradição, obscuridade ou erro de fato apto a ensejar os presentes aclaratórios.

6. Por unanimidade de votos, foram conhecidos porém rejeitados os Declaratórios.



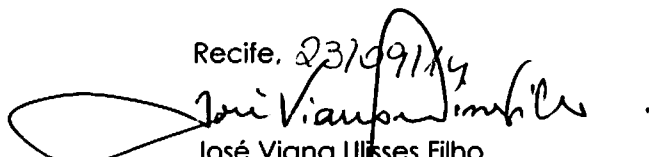
ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. Antenor Cardoso Soares Junior

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos dos **EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NA APELAÇÃO Nº 310950-4**, em que figuram como embargantes **RAIMUNDO MACHADO DE MEO E OUTROS** e como embargado **INSTITUTO DE RECURSOS HUMANOS DE PERNAMBUCO - IRH/PE**,

ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores integrantes da 3ª Câmara Cível deste Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, **POR UNANIMIDADE DE VOTOS, CONHECER E REJEITAR OS DECLARATÓRIOS**, tudo de conformidade com a ementa, o relatório e o voto, que passam a integrar este aresto.

Recife, 23/09/14


José Viana Ulisses Filho
Relator Substituto



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

615.

3ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NA APELAÇÃO Nº 45623-61.2008.8.17.0001 (310950-4)

EMBARGANTE: RAIMUNDO MACHADO MELO E OUTROS

ADVOGADO: FRANCISCO DE ASSIS PEREIRA VITORIO (PE011981)

EMBARGADO: INSTITUTO DE RECURSOS HUMANOS DE PERNAMBUCO – IRH/PE

PROCURADOR: EMMANUEL BECKER TORRES

RELATOR: DES. ANTENOR CARDOSO SOARES JUNIOR

RELATOR SUBSTITUTO: JOSÉ VIANA ULISSES FILHO

RELATÓRIO

Trata-se de Embargos de Declaração opostos contra acórdão (fls. 578/580) proferido pela 3ª Câmara de Direito Público que deu provimento à apelação para julgar improcedentes os pedidos formulados na inicial.

Os embargantes alegam em síntese que o acórdão foi omissor por não apreciar o pedido à luz dos dispositivos contidos na Lei Complementar 13/95 e 78/2005, que prescrevem que o reajustamento da estabilidade financeira/vantagem pessoal se daria por meio de lei que dispusesse sobre a revisão geral da remuneração dos agentes públicos e não apenas por lei específica. Ao final, requereram fosse sanada a omissão apontada (fls. 588/592).

Devidamente intimada, a parte embargada apresentou contrarrazões alegando não existir contradição, omissão ou obscuridade no acórdão embargado (fls. 607/610).

É o essencial a relatar. Feito independentemente de pauta.

Recife, 23/09/14

José Viana Ulisses Filho
Relator Substituto



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. Antenor Cardoso Soares Junior

616

3ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NA APELAÇÃO Nº 45623-61.2008.8.17.0001 (310950-4)

EMBARGANTE: RAIMUNDO MACHADO MELO E OUTROS

ADVOGADO: FRANCISCO DE ASSIS PEREIRA VITORIO (PE011981)

EMBARGADO: INSTITUTO DE RECURSOS HUMANOS DE PERNAMBUCO – IRH/PE

PROCURADOR: EMMANUEL BECKER TORRES

RELATOR: DES. ANTENOR CARDOSO SOARES JUNIOR

RELATOR SUBSTITUTO: JOSÉ VIANA ULISSES FILHO

VOTO

Analisando o voto proferido na apelação, verifico que esta relatoria enfrentou toda a matéria posta em debate, se pronunciando sobre os pontos relevantes para o deslinde da questão ~~foram~~, tendo inclusive se pronunciando expressamente sobre as leis citadas pelo embargante nas razões do seu recurso. Desse modo, atesto não ter havido qualquer omissão no acórdão embargado. Nesse contexto, vejamos trecho do voto proferido na apelação:

"(...) Quanto ao mérito, verifico que as Leis citadas pelos autores, que concederam reajustes aos servidores públicos do Estado de Pernambuco, sem exceção, estabeleceram que o índice de reajuste incidisse somente sobre o vencimento-base dos servidores. Além disso, indicaram os níveis referentes aos servidores titulares de cargos que teriam direito ao reajuste.

Assim, os valores atinentes à estabilidade financeira percebida pelos autores, e posteriormente convertidas em parcela autônoma de vantagem pessoal, foram excluídos das disposições das leis que estipularam o reajuste de remuneração do funcionalismo público.

Além do mais, a imposição, pelo Poder Judiciário, da extensão do aumento, importaria em intromissão na autonomia do Executivo e do Legislativo, conduta esta vedada pelo nosso ordenamento jurídico (...)"

Nos termos do art. 535 do CPC, os embargos de declaração apenas são cabíveis quando constar no julgamento obscuridade ou contradição ou quando o julgador for omissor na análise de algum ponto. Admite-se, por construção jurisprudencial, também a interposição de aclaratórios para a correção de erro material.

Afora isso, os embargos declaratórios não constituem o meio idôneo a elucidar sequência de indagações acerca de pontos de fato; e nem se prestam para ver reexaminada a matéria de mérito, ou tampouco para a aplicação de dispositivo legal ou ainda para obrigar o magistrado a renovar a fundamentação do decisório (RJTJ-RS 148/166).

Com efeito, mesmo nos casos de prequestionamento, os aclaratórios devem ser embasados em hipótese de omissão, contradição ou obscuridade – o que não se verifica na hipótese em tela, pois os pontos relevantes para o deslinde da questão foram objeto de exame e de decisão através do acórdão ora combatido, não se mostrando necessário, como se sabe, que o órgão julgador verse acerca de todas as alegações apresentadas pelas partes, afinal o juiz não está obrigado a responder todas as alegações dos litigantes, quando já tenha encontrado motivo suficiente para



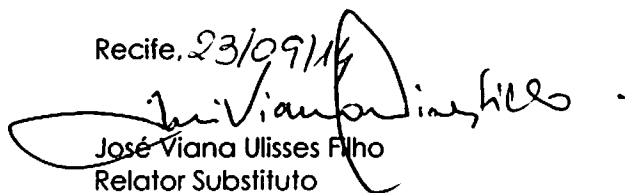
ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. Antenor Cardoso Soares Junior

fundar a decisão, nem se obriga a ater-se aos fundamentos indicados por eles e tampouco responder um a um todos os seus argumentos (RJTJESP 115/207).

Em outros termos, o simples interesse em prequestionar não conduz a que se dispense a demonstração de existência de qualquer das causas que ensejam os embargos de declaração. *In casu*, ao contrário do que fora de'endido pelo recorrente, inexistia no acórdão atacado omissão, contradição, obscuridade ou erro de fato apto a ensejar os presentes aclaratórios.

Em face do exposto, conheço dos presentes Embargos de Declaração para rejeitá-los.

Recife, 23/09/16


José Viana Ulisses Filho
Relator Substituto